

O ESTADO DE S. PAULO

Suas Contas

SEGUNDA-FEIRA, 6 DE JANEIRO DE 1997

*6 JAN 1997

Como a economia afetar^{Brasil}á sua vida em 97

Governo vai trabalhar para manter a inflação domada, o real forte frente ao dólar e o juro alto

REGINA PITOSCIA

Não se esperam grandes mudanças nas diretrizes econômicas em 1997. Isso equivale a dizer que o governo deverá continuar usando suas principais estratégias para manter a inflação domada e conduzir o Plano Real: política cambial de valorização do real diante do dólar combinada com taxas de juro elevadas.

O desemprego deve persistir e até acentuar-se. E, se o consumo crescer acima do desejado, no-

vas medidas de contenção ao crédito poderão ser adotadas.

Há restrições para o crescimento do País. De acordo com o presidente do Conselho Regional de Economia, Antônio Corrêa de Lacerda, esse crescimento, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de bens e serviços produzidos no País, deverá ficar em 4%. Esse limite é imposto pelos números da balança comercial (exportações menos importações), que fechou 1996 com saldo negativo próximo de US\$ 5 bilhões.

Uma forte expansão do déficit pode colocar em risco a sobrevivência do próprio Real, que tem como lastro as reservas internacionais. Se é assim, as autoridades econômicas precisam esti-

mular as exportações e inibir as importações. Algumas medidas nesse sentido já vêm sendo adotadas, e a principal delas foi a que isentou as exportações do ICMS. O governo conta também com o reforço da entrada de dólares pela exportação de produtos agrícolas, entre fevereiro e março, que pode ajudar no equilíbrio na balança comercial.

Paralelamente, se houver aquecimento do consumo ou da atividade econômica, que leva ao aumento das importações de insumos, máquinas, equipamen-

tos, o governo não vai pensar duas vezes em cortar o crédito.

Mas, se há o risco de breque na economia, é possível contar também com cautela das empresas,

com contenção de gastos e, portanto, propensão a demitir pessoal. A adoção de técnicas modernas pelas indústrias também deve contribuir para engordar a estatística dos desempregados. E

quem está empregado não deve contar com garantia de reajustes salariais de acordo com a inflação nem mesmo na data-base. A conjuntura não dá espaço para

uma atuação mais firme de sindicatos e tampouco para a promoção de greves.

No mesmo barco estarão o aposentado e a pensionista da Previdência Social que ganham acima do piso. Eles terão reajuste em junho, mas, dependendo do comportamento da inflação até maio, a correção deverá ser inferior a 10%. Quem ganha pelo piso terá reajuste assim que subir o salário mínimo.

Além do déficit comercial, outra preocupação será o déficit público, que, em 96, deve ter beirado os 4% do PIB. O governo continua gastando mais do que arrecada. Para chegar ao equilíbrio, a equipe econômica terá de contar com o bom andamento do processo de privatização. Os re-

ursos provenientes da venda de estatais devem ser usados para pagamento de parte da dívida interna. Vai depender também da aprovação de reformas estruturais, como a da Previdência, a tributária, administrativa e fiscal.

Ainda no início do ano, o Congresso será chamado a decidir sobre a reeleição. Caso a proposta seja aprovada, o governo aumenta fortemente seu prestígio e suas condições para atacar os problemas estruturais.

A seguir você tem, item a item, como ficará o seu bolso em 97. Vale lembrar que, este ano, será preciso se preocupar com mais um encargo: a CPMF, a partir de 25 de janeiro, levará 0,20% de cada movimentação financeira.

RESTRIÇÕES

AO CRÉDITO

VÃO DEPENDER

DO CONSUMO